



Agência para a Gestão do Sistema Intermodal
da Região de Coimbra, EIM, SA

AJUSTE DIRETO

CADERNO DE ENCARGOS

ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E CONSULTORIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE BILHÉTICA INTERMODAL



Agência para a Gestão do Sistema Intermodal
da Região de Coimbra, EIM, SA

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA 1.^a - OBJETO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de ajuste direto, que tem como objeto a Prestação de Serviços de **Assessoria Técnica Especializada e Consultoria para a Implementação do Sistema de Bilhética Intermodal**, de acordo com o especificado no Caderno de Encargos, para um período de 12 meses.
2. A prestação de serviços em apreço insere-se no Código CPV: 71311200-3 Serviços de consultoria em sistemas de transportes.
3. Os serviços a prestar devem obedecer ao disposto nas Cláusulas Gerais e nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 2.^a – CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, ou por quem tenha essa competência delegada;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos na alínea anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos

propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª – LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços decorrerá nas instalações da Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, EIM, SA, doravante designada por AGIT, sitas na Praça do Comércio, n.º 67, 3000 - 116 Coimbra, ou, sempre que se revele conveniente, poderá ser realizada remotamente, desde que previamente autorizada pelo Gestor do Contrato.

CLÁUSULA 4.ª - PRAZOS DE VIGÊNCIA

A prestação de serviços será executada durante o prazo de 1 (um) ano contado da data da respetiva outorga do contrato, nas condições explicitadas no presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 5.ª - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, a obrigação de prestar os serviços identificados nos termos da Parte II e na sua proposta.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos que sejam necessários e adequados ao bom resultado da prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 6.^a - CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS SERVIÇOS

1. O prestador de serviços obriga-se a entregar à AGIT o resultado dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo da apresentação de Relatórios relativos aos serviços prestados, se exigidos pela Agência.
2. No decurso da prestação de serviços, a AGIT pode, a todo o tempo, solicitar esclarecimentos atinentes à realização daquela, devendo estes serem prestados no prazo indicado por aquela, para o efeito.

CLÁUSULA 7.^a - TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE

Com a entrega do resultado da prestação de serviços, ocorre a transferência da posse e propriedade dos elementos a desenvolver, se os houver, ao abrigo do contrato, para a AGIT.

CLÁUSULA 8.^a - CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O prestador de serviços fica obrigado a cumprir as exigências e obrigações legais decorrentes, nomeadamente, do Código dos Contratos Públicos e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA 9.^a - RETRIBUIÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

1. Os pagamentos serão efetuados por duodécimos, mensalmente, em tranches iguais.
2. Consideram-se previstos todos os serviços e equipamentos necessários à realização da prestação de serviços, não só os traduzidos pelo presente Caderno de Encargos, como ainda todos os serviços e equipamentos subsidiários, acessórios e finais, indispensáveis para uma boa e perfeita execução do contrato.
3. Em caso algum servirá de fundamento de reclamação a alegação, por parte do adjudicatário, de não ter considerado, na sua proposta, quaisquer serviços ou equipamentos referentes à totalidade ou parte da prestação de serviços, ainda que

se trate de qualquer serviço ou equipamento complementar ou subsidiário, não descrito no Caderno de Encargos, mas necessário à perfeita execução do contrato.

4. O adjudicatário não poderá igualmente alegar desconhecimento ou má interpretação da natureza ou qualidade dos trabalhos a efetuar.

CLÁUSULA 10.^a - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As liquidações serão efetuadas num prazo de 30 (trinta) dias após emissão da fatura à AGIT.

CLÁUSULA 11.^a - SIGILO

1. O adjudicatário é obrigado a guardar sigilo em relação a toda a informação relativa à AGIT de que tenha conhecimento durante a execução do contrato e aos elementos a fornecer para a realização dos serviços a efetuar, bem como em relação a todos os documentos por si produzidos no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, os quais constituem propriedade da entidade adjudicante.
2. O adjudicatário é igualmente obrigado a restringir o uso exclusivo de tais informações, elementos e documentos ao âmbito do contrato a celebrar.

CLÁUSULA 12.^a - SUBCONTRATAÇÃO

1. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada, não reconhecendo a AGIT, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer subcontratados que trabalhem por conta ou em combinação com o adjudicatário.
2. A AGIT não poderá opor-se à escolha das empresas subcontratadas pelo adjudicatário dos serviços a prestar, salvo se aquelas não dispuserem de condições legais para a execução dos trabalhos que lhes foram subcontratados.
3. O adjudicatário não poderá proceder à substituição dos subcontratados sem autorização da AGIT.

4. Todos os trabalhos subcontratados devem ser objeto de contratos escritos entre as partes.

CLÁUSULA 13.^a - PENALIDADES

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V * A/100,$$

em que P é o montante da penalidade, V o valor do contrato em atraso e A o n.º de dias em atraso.

CLÁUSULA 14.^a - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a AGIT venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

CLÁUSULA 15.^a - RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais do Direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação do serviço por período superior a 15 (quinze) dias úteis.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a AGIT poderá resolver unilateralmente o contrato de prestação de serviços, independentemente de justa causa, desde que o comunique por escrito ao adjudicatário com a antecedência

mínima de 15 (quinze) dias relativamente à data em que a resolução deva produzir os respetivos efeitos.

4. A resolução unilateral, efetivada nos termos do número anterior, não confere ao adjudicatário o direito ao pagamento de qualquer indemnização, sem prejuízo do pagamento de honorários devidos por serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA 16.^a - PREÇO CONTRATUAL

O preço contratual será o constante da proposta adjudicada, não podendo este ser superior ao preço base referido na cláusula 10^a do Convite.

CLÁUSULA 17.^a - ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS NA INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. As dúvidas que o adjudicatário possa ter na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas à AGIT antes de se iniciar a execução do trabalho sobre o qual elas recaiam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deverá o adjudicatário submetê-las imediatamente à AGIT, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

CLÁUSULA 18.^a – NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a matéria relativa às notificações e comunicações é regulada nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

CLÁUSULA 19.^a – CONTAGEM DOS PRAZOS

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.

CLÁUSULA 20.^a - INTERPRETAÇÃO E VALIDADE

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretadas de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem suscitar as mesmas à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

CLÁUSULA 21.^a - DIREITO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEIS

1. O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela lei portuguesa.
2. Ao presente procedimento e em tudo o omissivo e ou que não esteja especialmente previsto neste caderno de encargos, incluindo os seus anexos, aplicar-se-á o disposto no CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação aplicáveis e, se for o caso, o estatuído no caderno de encargos do presente procedimento.

CLÁUSULA 22.^a – FORO COMPETENTE

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 23.^a – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à completa execução das tarefas a seu cargo.
2. Correm por conta do adjudicatário todas as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais e informáticos.

CLÁUSULA 24.^a – ÂMBITO DO SERVIÇO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- i) Apoio no procedimento de aquisição de uma plataforma de gestão da bilhética intermodal, PaRC – Plataforma AGIT da Região de Coimbra.
- ii) Apoio na gestão dos componentes de interoperabilidade, nomeadamente a API APEX, incluindo o acompanhamento da relação com a TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa).
- iii) Acompanhamento dos processos de aquisição de suportes sem contacto (cartões, bilhetes e SAMs).
- iv) Apoio na articulação necessária com os diversos operadores e restantes stakeholders, nos temas que forem relevantes à concretização da gestão intermodal do Sistema de Mobilidade da Região de Coimbra.
- v) Apoio na estratégia de coordenação com a iniciativa nacional 1Bilhete.pt, e na concretização daí decorrente de novos paradigmas de bilhética, nomeadamente aberta (*open-loop*), móvel (*mobile*) e ABT (*account-based*), incluindo a eventual preparação de peças concursais e acompanhamento dos respetivos processos de concurso.
- vi) Apoio no estabelecimento de protocolos de colaboração técnica com outros operadores, entidades de gestão intermodal, áreas metropolitanas ou CIM.
- vii) Apoio na conceção global de novos desenvolvimentos, respetivo planeamento,

organização das tarefas e responsabilidades, necessidades de contratação e eventual criação das respetivas peças para procedimentos concursais e acompanhamento dos mesmos.

viii) Apoio na preparação de candidaturas a Avisos de financiamento.

ix) Participação nas reuniões necessárias com a AGIT, seus integradores atuais e potenciais novos fornecedores ou integradores, sempre que tal lhe seja solicitado.

CLÁUSULA 25.^a – ETAPAS

1. Sem prejuízo de melhor definição em sede de execução do presente contrato, preveem-se, como etapas principais, as que se descrevem nos números seguintes e cujo planeamento de referência se inclui no Anexo I a este Caderno de Encargos.

2. **PaRC – Plataforma AGIT da Região de Coimbra**, tal como referenciado no número 1 da Cláusula 24.^a: preparação de documentação de suporte e acompanhamento de procedimentos de contratação pública, nomeadamente:

a) Entrega de documentação de suporte ao procedimento:

- i) Programa do Concurso;
- ii) Caderno de encargos (CE) Cláusulas Gerais (CG), que deverá conter a definição de Valor Base do procedimento, Prazos de Execução, faturação e condições de pagamento, condições de garantia e manutenção, níveis de serviço, penalidades, entre outros elementos solicitados pela entidade adjudicante;
- iii) Caderno de Encargos Cláusulas Técnicas (CT) que deverá conter a definição de Especificações Técnicas detalhadas, faseamento, entregáveis, prestações de serviços (manutenção em e após garantia), anexos técnicos, entre outros elementos solicitados pela entidade adjudicante;

b) Acompanhamento do procedimento e apoio ao júri, fundamentalmente nas tarefas de:

- i) Prestação de esclarecimentos aos concorrentes;
- ii) Análise das propostas e fundamentação da decisão de adjudicação.

c) Acompanhamento dos processos de fornecimento, instalação, colocação em

serviço e respetiva integração com os sistemas de bilhética dos operadores (SMTUC, Metro do Mondego, CP, Busway).

3. **Intermodalidade:** Apoio ao AGIT e demais stakeholders envolvidos, nos processos de natureza técnica subjacentes à implementação do sistema intermodal, tal como referenciado nos números ii) a iv) da Cláusula 24^a, designadamente:

- a) Gestão e Certificação da Tecnologia de Bilhética, designadamente Cartões, Bilhetes e SAMs - Módulos de Segurança;
- b) Gestão e Certificação da integração da API APEX, respetivos Ficheiros de Configuração (tarifário intermodal e monomodal em alguns títulos ocasionais), tratamento das Transações (Validação, Fiscalização, Carregamento, Personalização) e gestão das listas de ação (Branças, Negras, Verdes, Cinzentas).

4. **1Bilhete.pt:** Apoio na estratégia de coordenação com a iniciativa nacional 1Bilhete.pt, tal como referenciado no número v) da Cláusula 24^a, designadamente no eventual processo de especificação e contratação de:

- a) Bilhética Móvel – APP com TopUP de cartões físicos e emulação de cartões MOVE C;
- b) Bilhética Aberta – Sistema de pagamento de transportes, baseado em solução open-payment e tecnologia cEMV, com integração das componentes de interoperabilidade “CUT” e “Roaming”;
- c) ABT (Account-Based Ticketing).

5. **Novos Desenvolvimentos** e outras atividades tal como referenciado nas alíneas vi) a ix) da Cláusula 24^a.

6. O adjudicatário deverá entregar à entidade adjudicante, em formato eletrónico, todos os elementos por si produzidos, referentes a cada uma das etapas de implementação do sistema intermodal da AGIT.

7. Nos eventuais procedimentos de contratação pública as tarefas a executar pelo adjudicatário, serão de acordo com o referido nas alíneas a), b), e c) do número 2.

CLÁUSULA 26.^a – ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

1. O adjudicatário deverá indicar um responsável pelo contrato, o qual será o

interlocutor único junto da entidade adjudicante, devendo encontrar-se disponível durante todo o período de execução contratual.

2. A entidade adjudicante indicará um gestor do contrato que acompanhará a execução do mesmo.

3. A adjudicatário ficará obrigada ao envio de relatórios sumários, com a descrição do trabalho desenvolvido, sempre que a entidade adjudicante o solicite.

CLÁUSULA 27.^a – COLABORAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante prestará ao adjudicatário uma adequada e tempestiva colaboração no âmbito da execução do contrato, designadamente:

- a) Fornecendo, em prazo razoável, a informação solicitada pelo adjudicatário;
- b) Intermediando ou facilitando os contactos institucionais que o adjudicatário necessite realizar no âmbito da prestação de serviços.

2. Para efeitos da alínea a) do número anterior, é tido como razoável o prazo de 10 dias úteis, salvo se a extensão e/ou a complexidade da informação solicitada demandar maior prazo, sendo que, nesse caso, a entidade adjudicante deve invocar essa circunstância e indicar ao adjudicatário o prazo tido como razoável para fornecer a informação.

Coimbra, 14 de março de 2025

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. Emílio Torrão